

## HIPÓLITO DA COSTA

LUÍS SUCUPIRA

Sobremodo reduzido foi o papel ostensivo do jornalismo nos movimentos de rebelião do povo brasileiro e que culminaram com o brado de "Independência ou Morte", lançado às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822, pelo filho do Rei de Portugal e governante do Brasil, como Príncipe Regente.

E isso porque não podiam os brasileiros gozar dos benefícios da imprensa, com a proibição taxativa do funcionamento de oficinas gráficas na Colônia, sendo destruídas, as que, porventura, viessem a ser encontradas, com a prisão dos seus audaciosos possuidores.

No ano de 1747 permitiu o então governador Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela, a instalação de uma oficina gráfica no Rio, gesto imediatamente desaprovado pelo governo português, que mandou apreender o material respectivo, com isso desmanchando qualquer veleidade no terreno publicitário.

É certo que, após a chegada ao Rio de Janeiro da família real, que fugia à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, foi criada, por Decreto de 13 de maio de 1808, assinado por D. João, a Imprensa Régia, única autorizada a funcionar no país até 1821. Nela passou a ser impressa a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir daquele ano, mas que não podia merecer o nome de jornal, pois não passava de um órgão de divulgação de atos oficiais, tendo como redator o português Frei Tibúrcio José da Rocha.

Somente em 1.º de março de 1821 começou a circular no Rio de Janeiro, com feição e caráter de órgão da imprensa livre, o *Conciliador do Reino Unido*, sob a direção, responsabilidade e redação de José da Silva Lisboa, o depois Visconde de Cairu, por sem dúvida o pioneiro do jornalismo nacional, primeiro homem de imprensa nascido no Brasil e que dirigiu um periódico aparecido na terra, ainda presa ao mandonismo lusitano.

Mas, se se quiser apontar dentro da verdade histórica a ação decidida, oportuna e elegante do pioneirismo jornalístico, não se pode deixar de prestar as homenagens merecidas e a justiça mais segura a Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, ou Hipólito da Costa, como se tornou conhecido e aplaudido por todos os brasileiros que honram os grandes construtores da nacionalidade. Como diz o Visconde de Porto Seguro, nenhum estadista concorreu mais para preparar a formação no Brasil de um império constitucional do que o redator do *Correio Brasiliense*. Aliás, com D. Azeredo Coutinho e José da Silva Lisboa, já em 1798, Hipólito da Costa, com apenas 24 anos, assinava uma espécie de panfleto, intitulado *O Ideador*, em que traçava normas para a organização do Brasil como nação livre, com isso tornando-se, na expressão do mesmo Porto Seguro, um dos patriotas, grandes pensadores, em cuja memória nunca será excessivo o reconhecimento do Brasil.

Natural da Província do Sacramento, também chamada Cisplatina, depois transformada na República Oriental do Uruguai, por se haver separado do Brasil, em 1825, nem por ter nascido numa terra que vinha sendo campo de investidas estrangeiras, como espanhóis, argentinos e ingleses, Hipólito da Costa deixou de ser um brasileiro de alma e coração, transformando-se num grande exemplo de bravura cívica e de amor à Pátria, nos 49 anos de sua existência, 25 dos quais, dedicados totalmente ao seu Brasil querido.

Nascido em 13 de agosto de 1774, logo que terminou os estudos secundários foi enviado para Portugal pelos pais, a fim de cursar a Universidade de Coimbra, ali conquistando o bacharelato em Direito. Logo que formado, foi distinguido pelo governo português com uma viagem aos Estados Unidos, com o fim de estudar ali a cultura do cânhamo e do fumo, no que levou três anos. Durante sua permanência entre os americanos, filiou-se à Maçonaria na cidade de Filadélfia. Regressando a Lisboa, recebeu a nomeação de Diretor da Casa Literária de Arco do Cego, que era uma tipografia e calcografia, a qual foi posteriormente transformada na Junta de Imprensa Régia. A fim de aparelhar convenientemente essa oficina com material mais aperfeiçoado, viajou para Londres. Nessa época, traduziu do inglês uma História de Portugal. Quando regressava a Lisboa, em julho de 1801, foi preso por ordem do Santo Ofício, sob suspeita de ser Pedreiro Livre, qualidade que confessou sem reboços perante o Tribunal da Inquisição, alegando que não havia lei nenhuma em Portugal que proibisse a filiação à Maçonaria. Apesar disso, permaneceu encarcerado durante três anos, enquanto se desenrolava o processo, lançado em horrenda masmorra, publicando depois a respeito um folheto, intitulado "Narrativa da Perseguição...", nele descrevendo com minúcia as afrontas recebidas. Numa das passagens do opúsculo diz ele: "Desde que a minha idade me permitiu

pensar e refletir, sempre considere a Inquisição na Europa como uma consequência da ignorância e da superstição, e, portanto, a olhei com horror; mas nunca me passou pela imaginação que eu mesmo viria a ser uma das vítimas de sua perseguição.”

Por um verdadeiro golpe de sorte, conseguiu, em 1805, fugir do calabouço em que estava recolhido, ocultando-se em Lisboa, passando, depois ao Alentejo, disfarçado de trabalhador, chegando à Espanha, de onde atingiu Gibráltar, viajando, então, para Londres, ali fixando residência até falecer, em 1823, no subúrbio de Kensington.

Foi na capital inglesa que Hipólito da Costa realizou a sua magnífica, poderosa e patriótica empreitada em favor de um Brasil livre e soberano, fundando em 1808 o *Correio Brasiliense*, que circulou até 1822, somente ensarilhando as armas porque já se tornara, segundo ele, desnecessária sua atuação em vista da liberdade de imprensa vigorante no Brasil.

Durante os 14 anos de sua existência, o *Correio Brasiliense* conseguia penetrar tanto em Portugal como no Brasil. Apesar de proibida a sua leitura, a sua aceitação era muito grande, especialmente no Brasil, sendo esperadas as suas edições com muita ansiedade, trazidas pelos navios vindos da Inglaterra. Assim, mau grado a proibição estabelecida pelo Governador Conde de Linhares, o jornal conseguia penetrar em todos os recantos, e até no Paço, onde era disputado com muita curiosidade.

Apesar do seu tom polêmico, o jornalista mantinha linguagem elevada. Dizia mesmo que, se criticava, era para lamentar e não deprimir. Fazia oposição serena, recomendando reformas substanciais, parecendo até homem do governo. Nessas posições entrevia-se a formação política à sombra dos estadistas britânicos. E por isso afirmava que desejava reformas e não o caos. Queria a ordem e a dignidade nos governos, e que só a educação podia servir de base para a boa formação de qualquer nação. Sustentava que um povo sem moral se não tem liberdade nunca a terá; e que se a tem certamente a perderá.

Porque entendeu que a Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco, não fora devidamente preparada, não lhe deu o apoio solicitado por um dos emissários dos rebeldes. Escreveu, mesmo, contra o movimento, que Luís da Câmara Cascudo, um século depois, viu como a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras. Pelo contrário, Hipólito da Costa declarou-a impertinente e despropositada, imprudente e até responsável pelo atraso do desenvolvimento político do Brasil.

É que era ele um jornalista consciente e não um panfletário barulhento, um patriota e não um subversivo. Queria o bem do Brasil e não a desgraça do povo. Procurava construir a nova Pátria e não incendiar os espíritos, como acontecia nas colônias espanholas, pre-

sas de insurreições caudilhescas, que plantaram as sementes dos sanguinários pronunciamentos, ainda hoje florescendo e frutificando, para infelicidade de suas populações.

O grande e inconfundível mérito de Hipólito da Costa foi acreditar no jornalismo como arma ideal para o combate à opressão e para a conquista da liberdade, não só pessoal mas nacional. Diante da impossibilidade de ter as armas no próprio terreno da luta, pela intromissão violenta dos dominadores do momento, utilizou-se do recurso do combate à distância, beneficiando-se do clima reinante na liberal Inglaterra, para, de lá, enviar mensalmente aos que desejavam pugnar pelos seus mais legítimos direitos os elementos indispensáveis aos combates que precisavam ser travados, mantendo aceso o fogo das idéias para o alcance dos ideais visados.

Foi com o aparecimento dessa atividade jornalística, até então desconhecida, que a nação, em trabalhos de parto, entrou a movimentar-se politicamente, porque como escrevera o doutrinador constitucionalista da época, Royer Collard, a publicidade é uma espécie de resistência nos poderes estabelecidos, por lhes denunciar os desvios e os erros, e ser capaz de dar ganho de causa contra eles, fazendo triunfar a verdade e a justiça.

Naquela fase do despertar da consciência nacional, entre 1808 e 1822, a missão que se impôs Hipólito da Costa era realmente a mais indicada, não se reduzindo ao papel de simples orientador dos costumes, mas funcionando para a formação cultural da sociedade que se ia plasmando paulatinamente e que teria que enfrentar, para afirmar-se e sobreviver, problemas cada vez mais surpreendentes, exigindo não só estudos apropriados à sua solução, como novas bases para o equilíbrio das justas aspirações populares, nem sempre devidamente instauradas para a liquidação das divergências políticas, surgidas no calor das refregas e no entusiasmo dos triunfos conseguidos.

Homem de pensamento bem alicerçado e de larga visão do futuro, adotou e defendeu como indispensáveis à nação que iria conquistar sua independência diretrizes que, parecidas absurdas na ocasião, vieram depois a tomar corpo e realizar-se, mostrando assim que o jornalista era também um atilado político e sobretudo um valoroso patriota.

Assim é que, antes mesmo de cogitar o Corso audacioso da invasão de Portugal, já se declarava Hipólito da Costa partidário da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, pois via nessa mudança um passo dos mais decisivos para a conquista da soberania do povo brasileiro.

Mal entrara o País num regime de liberdade, que ele ajudou a consolidar, acompanhando em Londres as demarchas do enviado especial do Brasil, general Felisberto Caldeira Brant, para conseguir

o apoio e aprovação da Inglaterra às sagradas pretensões da jovem Pátria, sugeriu desde logo no *Correio Basiliense* a extinção da escravidão no País. Mas, ainda aí, mostrando uma clarividência admirável, entendia que tal conquista somente deveria ser levada a efeito paulatinamente. E assim justificava seu pensamento: “É idéia contraditória que uma nação livre mantenha dentro de si a escravidão, isto é, um condenado costume oposto à liberdade. Mas se a abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação, num sistema de liberdade constitucional, é uma contradição de tal importância que uma coisa ou outra deve acabar.”

Coube a José Bonifácio a primazia de propor, em emenda à Constituinte de 1823, a transferência da Capital do Brasil para o interior, de que Brasília hoje é a realidade desvanecedora. É certo que a idéia foi aventada pelos inconfidentes mineiros em 1789, e mais tarde, em 1810, sugerida ao Príncipe Regente D. João, pelo chanceler Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, quando afirmava que “a capital do Império se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes...” Mas foi Hipólito da Costa quem, a partir de 1813, passou a defender arduamente a mudança da capital para o interior do país, “em ponto central e imediato às cabeceiras dos grandes rios”. “Edificariam ali uma nova cidade, começariam a abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos de mar, e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e lançariam, assim, os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império que é possível que exista na superfície do Globo, no estado atual das nações que o povoam.”

Em 1816, volta Hipólito da Costa a bater na mesma tecla em seu jornal, dizendo que, na “situação do Brasil, o remédio mais óbvio é edificar uma cidade de novo, como já fizeram os Estados Unidos, empresa que, se é difícil, trará para isso mesmo mais glória a quem a empreender; e se seus benefícios são remotos, nem por isso deixam de ser muito extensas conseqüências para a Nação”.

Em 1818, insiste o grande jornalista na sua sugestão, sustentando que “é de manifesto interesse ter a capital no centro da monarquia, pois o Rio de Janeiro é impróprio para ser a residência da Corte; e que nas campinas do Rio Doce, e vertentes do Rio São Francisco se acham muitos lugares que oferecem as mais belas situações para se estabelecer a Corte”.

Coube ainda a Hipólito da Costa defender a imigração estrangeira para o Brasil, facilitando-se aos recém-chegados todos os meios de se estabelecerem no interior do País, sem que se esquecesse o elemento nacional, que devia estar apto a assumir as responsabilidades pelo desenvolvimento geral, conforme artigos publicados nos números de abril de 1819 e março de 1820.

Para quem lê o *Correio Brasiliense* é interessante verificar o emprego pelo jornalista das palavras brasiliense, brasileiro e brasileiro, estabelecendo, deste modo, uma verdadeira distinção para cada caso, o que, infelizmente, não se generalizou. Assim é que são designados *brasileiros* os portugueses, que, indo para o Brasil, nele fazem fortuna e regressam depois a Portugal; *brasilianos* são os indígenas que viviam no País; e *brasilienses* são os estrangeiros e seus descendentes atuais, que se tornaram donos da terra.

Apesar de redigir sozinho o *Correio Brasiliense*, Hipólito da Costa ainda mandava colaboração para outros jornais, como *O Investigador Português*, que circulava na Inglaterra; *A Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro; *O Patriota*, também circulando no Rio, e a *Idade do Ouro*, editada na Bahia.

Além disso, escreveu uma *História do Brasil*, segundo informava no *Correio Brasiliense* de março de 1816, na qual apreciava o País, desde o seu descobrimento, até a mudança, para ele, da família real portuguesa. Infelizmente não há notícia dos originais desse trabalho.

O maravilhoso jornalista brasileiro, que tão alto elevou o nome de sua Pátria, tornando-a conhecida no estrangeiro, e auxiliando-a a realizar-se dentro dos seus limites, morreu pobre e só num recanto da velha cidade de Londres. Já lá vão 149 anos, a serem completados no próximo dia 11 de setembro, um ano quase, após ter visto ele a bela Pátria conseguir a sua independência, dentro daquela ordem que ele pregava e longe do caos que ele condenava.

Morreu no exílio a que se submetera voluntariamente, aceitando-o como a melhor forma de defender os interesses do Brasil e pugnar pelo bem do povo a que estava ligado pelos mesmos sentimentos de honra e de amor. Foi um soldado vigilante e corajoso, que utilizou até a morte as armas de que dispunha para elevar o Brasil à categoria de nação livre e poderosa. Sua visão do futuro não lhe mostrava outra situação para seu país. Além da coragem das atitudes, Hipólito da Costa sabia que o homem que empunha uma pena dispõe da força de construir ou de destruir. E ele queria construir o Brasil: um Brasil tanto mais perfeito quanto mais bem organizados fossem os seus quadros de vida social, em harmonia com as exigências da plenitude humana.